Uma análise dos standards ambientais no acordo de comércio livre União Europeia-Mercosul: as incertezas do futuro

An analysis of environmental standards in the European Union-Mercosur free trade agreement: the uncertainties of the future

Julio Braga Moreira

Estudante de Doutoramento, menção em Direito Público, na Universidade de Coimbra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6896-0679>

Resumo

O acordo comercial UE-Mercosul é resultado do redirecionamento do comércio internacional para acordos bilaterais, regionais e birregionais. A União Europeia, por sua vez, tem adotado novas temáticas nos chamados “acordos de nova geração”, nomeadamente os standards ambientais. A inclusão do capítulo denominado “comércio e desenvolvimento sustentável” no futuro Acordo Comercial UE-Mercosul estabelece uma “agenda” de compromissos para a implementação dos standards ambientais, baseados em tratados e convenções internacionais de proteção do ambiente, e na convergência regulatória entre os dois blocos. Este artigo faz uma análise de possíveis consequências na implementação desses standards e das incertezas do futuro do Acordo.

Palavras-chave: Acordo Comercial UE-Mercosul, Acordo de Princípio, standards ambientais, comércio e desenvolvimento sustentável, diplomacia ambiental.

Abstract

The EU-Mercosur trade agreement is the result of the redirection of international trade towards bilateral, regional and bi-regional agreements. The European Union, in turn, has adopted new themes in the so-called “new generation agreements”, namely environmental standards. The inclusion of the chapter “trade and sustainable development” in the future EU-Mercosur Trade Agreement establishes an “agenda” of commitments for the implementation of environmental standards, based on international environmental protection treaties and conventions, and on the regulatory convergence between the two parties. This article analyzes the possible consequences of the implementation of these standards and the uncertainties of the Agreement’s future.

Keywords: EU-Mercosur trade agreement, Principle agreement, environmental standards, trade and sustainable development, environmental diplomacy.

Notas introdutórias

A globalização e a mundialização do comércio têm intensificado cada vez mais as trocas comerciais ao redor do mundo. Neste contexto, é importante observar que, desde o início deste século, o comércio global vem sofrendo um redirecionamento nas suas relações, passando assim de uma conjuntura multilateral para uma configuração mais bilateral, regional e birregional.

Tal fato ocorreu devido ao fracasso nas negociações da Rodada de Doha¹ iniciada em 2001 – até hoje não foi concluída – e, simultaneamente, da necessidade de alguns ajustes e mudanças em alguns setores não abarcados de forma aprofundada, nem pelo GATT e nem pela OMC (Organização Mundial do Comércio), nomeadamente os *standards ambientais e laborais*, a propriedade intelectual, as compras públicas, entre outros. Com isso, muitos países e blocos regionais vêm avançando na discussão destas matérias, no sentido da cooperação mútua e/ou na harmonização do arcabouço legal.

Neste contexto, a União Europeia teve uma posição de vanguarda e carrega a experiência da integração regional desde meados da segunda metade do século passado (à época denominada de Comunidade Econômica Europeia – CEE), o que, de alguma forma, contribuiu para o protagonismo dessa nova dinâmica do comércio internacional, mais precisamente na celebração de acordos bilaterais, regionais e birregionais.

Neste novo reposicionamento do comércio internacional, o ambiente é uma das áreas que mais tem repercutido nas discussões para a formalização de acordos comerciais internacionais, não só pela importância da proteção e conservação do ambiente e pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas também pelas demandas de alguns setores da economia que defendem a inclusão da pauta da standardização nas trocas comerciais, e pelo clamor da sociedade atual. Estes motivos fazem dos *standards ambientais* um elemento quase obrigatório na celebração de novos acordos comerciais. No caso da União Europeia, esse tema tem merecido um capítulo específico, denominado “comércio e desenvolvimento sustentável”, nos seus acordos comerciais ditos de “nova geração”.

O Acordo de Princípio União Europeia-Mercosul, sobre o pilar comercial, assinado em 28 de junho de 2019² – após uma verdadeira “saga” no processo de negociação –, prevê no item 14 do documento o capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”, no texto do futuro Acordo de Associação birregional entre os dois blocos. Tal acordo encontra-se em fase de revisão linguística e depois será analisado e votado pelo Parlamento Europeu, devendo ainda ser ratificado pelos Estados-Membros da União Europeia e pelas nações integrantes do Mercosul.

¹ Ver mais em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm [acesso em: 8 ago. 2020].

² Ver mais em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_3396 [acesso em: 13 jul. 2020].

O capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável” do futuro Acordo de Associação birregional UE-Mercosul trata da regulação ambiental e laboral e de questões de direitos humanos. No que concerne aos *padrões ambientais*, o capítulo aborda temas específicos, tais como alterações climáticas, biodiversidade, manejo sustentável de florestas e manejo sustentável da pesca e aquicultura.

O Acordo de Associação birregional UE-Mercosul tem, entretanto, provocado algumas controvérsias e resistências quanto à sua ratificação e viabilidade futura por parte de alguns Estados-Membros da União Europeia, especialmente por questões relacionadas aos *standards ambientais*. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar quais os impactos dos *standards ambientais*, constantes do capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”, para o futuro do Acordo Comercial UE-Mercosul e as suas repercussões positivas e negativas para os dois blocos, caso seja ratificado.

1. Contextualização e os desdobramentos do processo de negociação do Acordo de Princípio entre União Europeia e Mercosul

Os anos 90 foram um período de profundas mudanças no cenário global, especialmente no comércio internacional. O fenômeno da globalização estimulou a mundialização do comércio – o multilateralismo ganhava ainda mais impulso –, bem como intensificou processos de integração regional, fato este que ocorreu tanto na Europa quanto na América do Sul. Esse período também marcou a conclusão da Rodada do Uruguai (1994) e a criação da OMC – Organização Mundial do Comércio em 1995³.

Os espaços de integração regional europeu e sul-americano relacionavam-se bilateralmente há algum tempo. Logo em 1992, os órgãos executivos da UE e do Mercosul, a Comissão Europeia e o Grupo Mercado Comum, respectivamente, celebraram um Acordo de Cooperação Institucional, no intento de facultar ao recém-criado bloco sul-americano uma colaboração mais estreita com a UE e, conseqüentemente, favorecer a partilha da mais profunda experiência europeia em matéria de integração regional⁴.

De olho neste cenário e, sobretudo, na expansão das suas fronteiras do comércio internacional, os europeus trataram de aproximar-se de forma mais incisiva do bloco sul-americano. Para tanto, em 1995, foi assinado em Madri, o Acordo-Quadro Inter-

³ Ver mais em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc> [acesso em: 16 jul. 2020].

⁴ Cf. FLORÊS (2013, p. 1) e CUNHA (1997, p. 172; 2009, p. 10, nota 19) *apud* MARTINS, Felipe Figueiredo – O Acordo de Comércio Livre UE-Mercosul: Do Improvável ao Possível. *Boletim de Ciências Econômicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. LXII (2019), p. 202.

-Regional de Cooperação entre o Mercosul e a UE⁵. Na ocasião, já era idealizado o objetivo de criação de uma área de comércio livre entre as partes e, em simultâneo, eram instituídos mecanismos de cooperação econômica e política.

Mas foi no ano de 1999 que os Chefes de Estado e de Governo dos dois espaços de integração regional relançaram a proposta de criação de uma área de comércio livre. Neste mesmo ano, o Conselho delegou para a Comissão um mandato negocial para a conclusão de um acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul, iniciando, portanto, as negociações por via de um Comitê de Negociações Birregionais. A estrutura de base, a metodologia e a agenda de negociações viriam a ser delineadas ainda no ano de 1999⁶.

As negociações entre a União e o Mercosul ocorreram de forma intensa nos anos seguintes, sendo realizadas por intermédio de rodadas de negociações bilaterais. Não obstante aos esforços na altura envidados para a conclusão de um acordo, estes revelaram-se malogrados. Em outubro de 2004, em reunião na cidade de Lisboa, eram suspensas as negociações entre a União Europeia e o Mercosul⁷. Todavia, fez-se publicar a Declaração de Lisboa, renovando o interesse pelo estabelecimento de uma área de comércio livre entre os dois espaços⁸.

Por óbvio, tais situações não ocorreram por acaso. E, neste caso, precisamos observar alguns aspectos. Para logo, havia alguns desentendimentos sobre a pauta agrícola – do lado europeu, é uma área sensível, sobretudo para alguns produtos, como, por exemplo, a carne bovina e o açúcar; do lado sul-americano, o setor agrícola é, para os países do bloco, a principal *commodity* de exportação –, e ainda, deve-se ter em conta os aspectos político-estratégicos de ambos os lados.

Segundo Martins (2019), o condicionamento das relações comerciais do Mercosul é reflexo da desarticulação interna do bloco, com reduzida institucionalização (dado o caráter inacabado da construção deste espaço sul-americano) e descoordenação de orientações de políticas macroeconômicas nos seus Estados – seja a título individual ou comparativo. Por conseguinte, os acordos comerciais do Mercosul – quando as

⁵ COMISSÃO EUROPEIA – Acordo-quadro Inter-regional de cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Mercado Comum do Sul e os seus Estados-partes, por outro. Declaração conjunta relativa ao diálogo político entre a União Europeia e o Mercosul. *Jornal Oficial* L 69 de 19.03.1996.

⁶ MARTINS, Felipe Figueiredo – O Acordo de Comércio Livre UE-Mercosul: Do Improvável ao Possível, p. 203-204.

⁷ Cf. COMISSÃO EUROPEIA (2015, p. 5) *apud* MARTINS, Felipe Figueiredo – O Acordo de Comércio Livre UE-Mercosul: Do Improvável ao Possível, p. 204.

⁸ Sobre esta “oportunidade perdida”, a confirmar as elevadas expectativas da altura, Flôres (2013) testemunha: “*It is the subjective feeling of this author that, at the end of Mr. Lamy’s mandate in 2004, with a little luck the FTA (free trade agreement) could have been signed. Yet, trifling arguments and vacuous objections – some frankly ridiculous – led to a lost opportunity. Naming and shaming ensued, useless and pointless: both sides had perhaps the same degree of responsibility for the failure.*” *apud* MARTINS, Felipe Figueiredo – O Acordo de Comércio Livre EU-Mercosul: Do Improvável ao Possível, p. 204-205.

negociações logrem tal desenlace – tendem a ser dotadas de modestas preferências tarifárias, a comportarem um vasto leque de exceções e a serem circunscritos ao comércio de bens. Aliás, o acordo com a UE foi o primeiro acordo comercial do Mercosul com nações desenvolvidas e nos termos de uma integração profunda⁹.

A posição dos Estados parte do Mercosul diante de negociações multilaterais de comércio tem sido sempre de resistência a uma regulamentação positivada na área do comércio e ambiente. Essa posição é marcada desde as discussões preliminares no Grupo de Trabalho em Comércio e Ambiente do GATT, as quais foram reforçadas ao longo da Rodada do Uruguai e persistiram em outros momentos de retomada do tema na agenda multilateral do comércio. O principal argumento que orienta essas posições é que a área do ambiente já conta com fóruns especializados e é nesses fóruns que os temas ambientais devem ser analisados (BADIN; AZEVEDO, 2013). O Brasil, particularmente, tem sido identificado como um líder, no nível multilateral, do grupo de países em desenvolvimento resistentes a tal agenda (KANAS; NASSER; LIMA, 2005 *apud* BADIN; AZEVEDO, 2013)¹⁰.

Em 2009, entretanto, entrava em vigor o Tratado de Lisboa, trazendo importantes mudanças na política comercial comum da União Europeia. Por um lado, o comércio foi explicitamente colocado no contexto amplo dos objetivos da ação externa da UE. De outro lado, as competências e os processos de tomada de decisão foram revistos, resultando em mais poderes para o Parlamento Europeu. Tais mudanças afetaram tanto o processo de elaboração, quanto o conteúdo da política comercial do bloco europeu¹¹.

As mudanças na política comercial da União Europeia introduzidas pelo Tratado de Lisboa alteraram significativamente o arcabouço normativo da nova geração dos *free trade agreements* negociados pelo bloco. Tais mudanças repercutiram em algumas áreas, bem como introduziram novos setores, nomeadamente o capítulo que trata do “comércio e desenvolvimento sustentável”, neste incluído os *standards ambientais*.

A sexta Cimeira União Europeia – América Latina e Caribe, realizada em Madri em 2010, pareceu ter desbloqueado a situação de relativo estancamento em que se encontravam as relações birregionais. Houve avanços em diversas áreas, dentre as

⁹ MARTINS, Felipe Figueiredo – O Acordo de Comércio Livre UE-Mercosul: Do Improvável ao Possível, p. 199-201.

¹⁰ BADIN, Michelle Ratton Sanchez; AZEVEDO, Milena da Fonseca – Estratégias da União Europeia em meio ambiente nos acordos regionais de comércio e seus impactos para as negociações com o Mercosul. *Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI*, Brasília, n. 15 (set.-dez. 2013), p. 27.

¹¹ GSTÖHL, Sieglinde; HANF, Dominik – The EU’s Post-Lisbon Free Trade Agreements: Commercial Interests in a Changing Constitutional Context. *European Law Journal*, Oxford, vol. 20, n. 6 (Nov. 2014), p. 734.

quais decidiu-se pela retomada das negociações entre a União Europeia e o Mercosul para o estabelecimento de um acordo de associação birregional¹².

Na sequência, por ocasião da Conferência Ministerial Mercosul-União Europeia, realizada em 26 de janeiro de 2013 em Santiago no Chile, as partes concordaram em trocar as suas ofertas de acesso aos mercados em mercadorias, serviços e compras públicas até o último quadrimestre de 2013. O prazo não foi cumprido. Assim, em 21 de março de 2014, um novo encontro entre os negociadores foi realizado, porém simplesmente para discutir o ponto da situação concernente à preparação das ofertas¹³. Mais uma vez, a conclusão das negociações parecia sucumbir.

Diante das profundas diferenças político-institucionais e da assimetria organo-funcional entre os dois blocos, que, por sua vez, têm reflexos nas relações comerciais, o acordo de princípio parecia improvável¹⁴. Não podemos desconsiderar também as diferenças no nível de desenvolvimento da economia dos dois blocos, ou seja, de um lado, temos a UE dotada de alto nível de industrialização e, do outro, os países integrantes do Mercosul com suas economias baseadas, fundamentalmente, no agronegócio.

Contudo, contrariando algumas expectativas, o Acordo de Princípio sobre o pilar comercial entre a União Europeia e o Mercosul foi assinado em junho de 2019. Tal acordo põe fim aos 20 anos de negociações entre os dois blocos regionais, mas não é o ponto final dessa trajetória – o acordo de princípio é um acordo político resultado da convergência nas negociações comerciais – para se chegar ao ambicioso Acordo de Associação Birregional, que deverá ser aprovado pelo Parlamento Europeu e depois ratificado pelos Estados-Membros da UE, bem como pelos países-membros do Mercosul.

2. Os standards ambientais e a “nova era” de acordos comerciais

Em um mundo globalizado é praticamente impossível que os Estados tomem decisões de política ambiental sem levar em conta o contexto internacional. Razões técnicas e econômicas explicam esse comportamento. Em geral, a adoção de

¹² MATA DIZ, Jamile Bergamaschine; LUQUINI, Roberto de Almeida – As relações exteriores do Mercosul: análise das negociações com a União Europeia. *Universitas: Relações Internacionais*, Brasília, vol. 9, n. 1 (jan.-jun. 2011), p. 113-114.

¹³ COMISSÃO EUROPEIA (2015, p. 5) *apud* MARTINS, Felipe Figueiredo – O Acordo de Comércio Livre UE-Mercosul: Do Improvável ao Possível, p. 205.

¹⁴ De um lado, temos a União Europeia, um bloco regional consolidado, com uma política monetária comum (embora existam países no bloco que mantêm sua moeda própria) e aduaneira, e harmonização regulatória em vários setores, como o ambiental, por exemplo. Do outro lado, o Mercosul, que, embora tenha sido criado em 1991 (Tratado de Assunção), ainda hoje apresenta estrutura institucional deficiente, tendo seu funcionamento condicionado a uma forte ingerência política dos governos nacionais, e ainda, uma política aduaneira imperfeita e uma disparidade econômica entre seus membros.

instrumentos mais rigorosos de proteção ambiental, no âmbito doméstico, suscita duas grandes preocupações: a primeira, sobre a eficácia das medidas, e a outra, sobre o impacto que produz na competitividade do país e de suas empresas¹⁵.

Se falarmos de forma inversa, o sentido também será o mesmo, pois os acordos bilaterais e regionais mostram que não dá mais para separar as relações comerciais das políticas de standardização ambiental. Em outras palavras, o comércio internacional, atualmente, não caminha desacompanhado de medidas que assegurem o desenvolvimento sustentável, das quais destacamos as políticas de proteção e conservação do ambiente.

Ao longo do tempo, o comércio internacional e a proteção do ambiente seguiram caminhos diferentes, raramente entrelaçando suas demandas. Ambos os setores tinham diferentes lógicas e princípios para resolver problemas específicos. No entanto, devido ao cenário de possível esgotamento de alguns recursos naturais decorrente do processo de industrialização, a proteção ambiental tornou-se uma questão política sensível, mobilizando sociedades e governos para melhorar a interação entre o comércio e o ambiente. A primeira grande iniciativa para incorporar provisões ambientais no sistema do comércio mundial remonta à Rodada do Uruguai (1986-1994), que curiosamente aconteceu no mesmo período da Cimeira do Rio sobre o “ambiente e desenvolvimento”. Naturalmente, algumas conclusões reverberaram na Rodada do Uruguai¹⁶.

O impasse da Rodada de Doha impediu, entretanto, o avanço de regras ambientais importantes relacionadas ao comércio internacional. Atualmente, não existe um acordo específico da OMC que lida diretamente com a promoção do desenvolvimento sustentável através da liberalização do comércio. Este tema é abordado separadamente em diferentes disposições de acordos multilaterais da OMC. A iniciativa mais significativa sobre a temática do ambiente trazida pela Agenda de Desenvolvimento de Doha é encontrada na negociação do Acordo de Bens Ambientais (EGA – sigla em inglês), mas as negociações estão longe de serem concluídas¹⁷.

Na contramão da OMC, é notória a expansão das disposições dos chamados standards ambientais nos acordos de comércio livre. Tal fato é um fenômeno recente na história do desenvolvimento dos FTAs – *Free Trade Agreements*. A criação da Área

¹⁵ O'CONNELL (1994) *apud* COSTA, Beatriz Souza; SAMPAIO, José Adércio Leite – As complicadas inter-relações entre os sistemas internos e internacionais de proteção do direito ao meio ambiente sadio. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, vol. 12, n. 2 (2015), p. 788.

¹⁶ AMARAL JÚNIOR, Alberto do; MESQUITA, Alebe Linhares – The New Rules on Trade and Environment Linkage in Preferential Trade Agreements. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, vol. 14, n. 2 (2017), p. 392.

¹⁷ *Ibidem*.

de Livre Comércio Norte-Americana (NAFTA, sigla em inglês) se destaca como uma das primeiras referências nesta direção¹⁸.

No âmbito da União Europeia, as crises da “vaca louca” e da febre aftosa no rebanho bovino provocaram mudanças na sua Política Agrícola Comum – PAC. Após uma reforma – superficial – da PAC em 1999, durante a Cimeira de Berlim, agendaram uma pequena revisão (*mid-term review*) para o período 2002-2003, antes da reforma prevista para 2006. Pela primeira vez nos 40 anos de política agrícola, reações de consumidores fizeram a venda da carne cair por volta de 30% no continente, levando os governos a questionar se o PAC estava no rumo certo. Desde então, o governo alemão passou a apoiar uma mudança radical da PAC, pedindo o fim do modelo “produtivista”; outros países, como a Suécia e Dinamarca, também queriam ver a Comissão Europeia financiando uma produção de menor quantidade e maior qualidade, adotando, por exemplo, medidas de apoio aos pequenos produtores ou à agricultura orgânica¹⁹.

A política agrícola europeia, que sempre foi um “nó” nas negociações comerciais internacionais do bloco, teve, a partir de então, de mudar os rumos da sua produção, passando a adotar medidas sanitárias e fitossanitárias mais rigorosas, que também contribuíram para a adoção dos *standards ambientais* nos futuros acordos comerciais de comércio livre.

Neste período, o bloco europeu desenvolveu um documento denominado *Mercosul: Documento de Estratégia Regional 2007-2013*²⁰. Dentre as diversas áreas abrangidas pela estratégia europeia, temos o item 5.6.3, que trata da proteção do ambiente, onde destacamos os objetivos gerais: “promover o desenvolvimento sustentável da região mediante a melhoria da proteção do ambiente e a exploração sustentável dos recursos naturais. Incentivar a cooperação regional e o intercâmbio das melhores práticas no domínio ambiental, assegurando a integração das questões ambientais nas outras políticas do Mercosul (nomeadamente em matéria de trocas comerciais, transportes, energia, indústria, agricultura, silvicultura, etc.).”

O primeiro exemplo dessa nova geração de acordo de comércio livre celebrado pela UE foi o acordo firmado com a Coreia do Sul, o qual teve incluído o capítulo sobre “comércio e desenvolvimento sustentável”, embora sem condicionalidades. Naquela altura, o Parlamento Europeu já apontava para o reforço deste capítulo nos

¹⁸ BADIN; AZEVEDO (2013, p. 297-298) *apud* AMARAL JÚNIOR, Alberto do; MESQUITA, Alebe Linhares – The New Rules on Trade and Environment Linkage in Preferential Trade Agreements, p. 397.

¹⁹ SAVINI, Marcos – As negociações comerciais entre Mercosul e União Européia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 44, n. 2 (2001), p. 121-122.

²⁰ COMISSÃO EUROPEIA – *Mercosul: Documento de Estratégia Regional 2007-2013* (E/2007/1640). Bruxelas, 02.08.2007. Disponível em: http://www.eas.europa.eu/archives/docs/mercosur/rsp/07_13_pt.pdf [acesso em: 24 jul. 2020].

novos acordos de comércio livre bilaterais, fornecendo um mecanismo de solução de controvérsias²¹.

De lá para cá, a União Europeia passou a inserir em todos os acordos de comércio livre celebrados um capítulo dedicado ao “comércio e desenvolvimento sustentável”. As questões relacionadas aos *standards ambientais* variam de acordo com o país ou a região que o acordo é celebrado, pontuando setores ambientais sensíveis, sobretudo quando se relaciona à exploração de recursos naturais para o comércio internacional.

Segundo Suranovic (2002), os proponentes dos *standards* nos acordos comerciais exigem frequentemente o chamado *level playing fields e harmonização* de políticas ambientais internacionalmente. Eles também propõem políticas ambientais mais rigorosas, incluindo compromissos com o desenvolvimento sustentável e políticas que reduzam os riscos à saúde e ao ambiente para liberalização do comércio e do investimento²².

Portanto, é necessário refletir sobre quais serão as consequências – positivas e negativas – aquando da “possível” implementação dos *standards ambientais* no acordo comercial União Europeia-Mercosul. Para ser mais específico, se tal fato resultará no encarecimento da produção dos países-membros do bloco sul-americano, e se o não cumprimento das disposições relativas aos *standards* poderá acarretar restrições ao comércio internacional desses países. E ainda, sobre as consequências que o desequilíbrio entre as nações que compõem os dois blocos pode representar, em termos da diplomacia ambiental, para a regulamentação e implementação dos *standards ambientais*.

3. Breve análise dos standards ambientais no acordo de comércio livre União Europeia-Mercosul e a sua integração normativa

A União Europeia, nos últimos anos, ostenta uma posição de protagonismo no tema da *standardização ambiental* como instrumento fundamental nos acordos comerciais internacionais. Tal fato tem origem nas discussões da Rodada de Doha, mais precisamente nas negociações do chamado *Singapore Issues*, e que, mais tarde, veio dar origem à “nova geração de acordos de comércio livre”, com a inserção de novas matérias, dentre elas, o capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”.

Para Woolcock (2014), a União Europeia procura agora – com sucesso – incluir disposições sobre desenvolvimento sustentável nos FTAs que negocia. Estes tendem a ser leis mais flexíveis (*soft law*) do que as leis do comércio (*hard law*) ou,

²¹ EUROPEAN PARLIAMENT – Resolution of 25 November 2010, para 22. *apud* GSTÖHL, Sieglinde; HANF, Dominik – The EU’s Post-Lisbon Free Trade Agreements: Commercial Interests in a Changing Constitutional Context, p. 743.

²² SURANOVIC, Steven – *International Labour and Environmental Standards Agreements: Is This Fair Trade?* Oxford: Blackwell Publishers, 2002, p. 231.

potencialmente, dispositivos legais para o investimento. Acrescenta que uma linguagem ligeiramente diferente é usada para incorporar obrigações estabelecidas nos acordos ambientais multilaterais (MEAs, sigla em inglês), mas o efeito geral é o mesmo: as partes reafirmam seu compromisso de implementá-los efetivamente em suas leis e reproduzi-los na lista de acordos ambientais multilaterais²³.

Gstöhl e Hanf (2014)²⁴, por sua vez, vão mais além, pois defendem que os capítulos de desenvolvimento sustentável referem-se aos *standards ambientais* “em todas as suas dimensões”, especificando, de acordo com o caso, certas áreas como manejo florestal e pesca²⁵. Eles também reafirmam o compromisso internacional das partes no campo da proteção do ambiente, em termos gerais ou mencionando acordos específicos²⁶, que podem ser exaustivamente listados, além de incluir também o dever de ratificar tratados ambientais já assinados pelas partes. Por outro lado, os *standards* tendem a ser bastante gerais, deixando ampla margem para a implementação, o que, na melhor das hipóteses, pode-se perseguir compromissos “*hard*” para manter o nível atual de proteção (cláusulas de não regressão)²⁷.

É importante ressaltar também que os *standards ambientais* são fruto de um processo de convergência regulatória entre partes de um determinado acordo comercial, ou seja, deve haver pelo menos um mínimo de integração do arcabouço legal em matéria ambiental das partes acordantes. Nesse sentido, destacamos o reconhecimento mútuo e a harmonização.

Para Cunha (2019), o *reconhecimento mútuo* preserva a autonomia nacional e as decisões são tomadas de forma independente pelos governos nacionais. Simplesmente, neste caso, existem consultas e trocas de informação internacionais e, concomitantemente, estipula-se o reconhecimento expresso por cada um dos países, face aos demais Estados abrangidos das regulações, *standards* e procedimentos de certificação desses outros Estados. O princípio do reconhecimento mútuo conduz ao princípio do controle por parte do Estado de “origem”. Este método permite alguma diversidade de normas,

²³ WOOLCOCK, Stephen – EU Policy on Preferential Trade Agreements in the 2000s: A Reorientation towards Commercial Aims. *European Law Journal*, Oxford, vol. 20, n. 6 (November 2014), p. 729.

²⁴ GSTÖHL, Sieglinde; HANF, Dominik – The EU’s Post-Lisbon Free Trade Agreements: Commercial Interests in a Changing Constitutional Context, p. 743.

²⁵ E.g. Arts. 289 e 290 do Acordo UE-América Central.

²⁶ E.g. Art. 13.5.3 do Acordo UE-Coreia do Sul: Protocolo de Quioto.

²⁷ “See, e.g. Art. 1:2(a) EU-Korea, which states that one of the objectives of the agreement is ‘to promote foreign direct investment without lowering or reducing environmental, labour or occupational health and safety standards in the application and enforcement of environmental and labour laws of the Parties’. The EU-CARIFORUM contains stricter rules (see Art. 73, 188:2 and 193 EU-CARIFORUM); trade and foreign direct investment is not to be encouraged by lowering, derogating from or failing to adopt domestic environmental, social, labour or health occupational standards. On this, see G. Martín Durán and E. Morgera, *Environmental Integration in the EU’s External relations (Hart 2012)*, 99-106”. In GSTÖHL, Sieglinde; HANF, Dominik – The EU’s Post-Lisbon Free Trade Agreements: Commercial Interests in a Changing Constitutional Context, p. 743.

mas, paralelamente, afasta-se da mera garantia do “tratamento nacional” e do controle por parte do Estado anfitrião, na medida em que uma empresa que se dirija a um mercado terceiro não tem de se adaptar à legislação aí prevalecente, mesmo em bases não discriminativas, devendo antes satisfazer as obrigações legais pertinentes do seu Estado de origem²⁸.

A convergência normativa, por meio de tratados internacionais de proteção ambiental e através da OMC, é uma proposta amplamente difundida atualmente. Tal fato justifica-se pela já existência em muitos países (essencialmente nos países desenvolvidos) de *standards ambientais* internos – que se relacionam tanto com o produto em si, quanto com seus processos e métodos produtivos – e que, num contexto internacional, acabam por ser “exportados”. Ocorre entretanto que, em virtude de enormes disparidades entre alguns países, de modo geral, entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, a imposição dos ditos padrões nem sempre é facilmente assimilada pelas nações em desenvolvimento. Assim, reconhece-se a necessidade de alguma harmonização dos *standards* – tanto sobre produtos, quanto sobre processos produtivos –, além da convergência das políticas ambientais como forma de assegurar que haja cooperação e participação internacional na delimitação das mesmas²⁹.

Entendemos que, no caso do acordo de comércio livre UE-Mercosul, a convergência regulatória que se estabelecerá identifica-se com a modalidade de reconhecimento mútuo, assentado no que estabelece o artigo 1.1 – o objetivo deste capítulo é melhorar a integração do desenvolvimento sustentável nas relações comerciais e de investimento das Partes, notadamente estabelecendo princípios e ações referentes aos aspectos ambientais do desenvolvimento sustentável de relevância específica em um contexto de comércio e desenvolvimento –, e no artigo 2.1 – as Partes reconhecem o direito de cada Parte de determinar suas políticas e prioridades relativas ao desenvolvimento sustentável, estabelecer no plano doméstico os níveis de proteção ambiental que considerar adequados, e adotar ou modificar suas leis e políticas. Os níveis das leis e políticas devem ser consistentes com o compromisso de cada Parte nos acordos internacionais a que se refere o artigo 5º, do capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”³⁰.

²⁸ CUNHA, Luís Pedro – A Convergência Regulatória Enquanto Barreira ao Comércio Internacional. *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. LXII-A (2019), p. 543-544.

²⁹ JORGE, Clarisse Stephan Farhat – *Standards Ambientais: Uma Análise do Comércio Internacional entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009. Dissertação de Mestrado, p. 85.

³⁰ COMISSÃO EUROPEIA – *Novo Acordo Comercial UE-Mercosul: O acordo de princípio*. Bruxelas, 01.07.2019. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/mercosur/eu-mercosur-agreement/text-agreement_en [acesso em: 31 jul. 2020].

Para já, o Acordo de Princípio, assinado em junho de 2019 pelos dois blocos, no seu item 14, revela que: “o capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável está à altura das normas mais exigentes constantes de capítulos semelhantes em outros acordos modernos, como os celebrados com o México ou com o Japão. A premissa e base é que o aumento das trocas comerciais não deve ser obtido à custa do ambiente, mas, pelo contrário, deve promover o desenvolvimento sustentável. As partes acordam que não devem ser menos exigentes no que respeita às normas ambientais a fim de atrair comércio e investimento. Consideram também que o acordo comercial não deve restringir o seu direito de legislar em matéria ambiental, incluindo em situações nas quais a informação científica não é concludente.”

O capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável” engloba os seguintes tópicos: comércio e alterações climáticas, comércio e biodiversidade, comércio e o manejo sustentável das florestas e comércio e o manejo sustentável da pesca e aquicultura. Vale ressaltar que, neste capítulo, as partes reconhecem a importância da Assembleia das Nações Unidas para o ambiente, do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP, sigla em inglês) e dos acordos multilaterais sobre o ambiente como uma resposta da comunidade internacional para os desafios ambientais globais ou regionais, e enfatizam a necessidade de melhorar o apoio mútuo entre políticas comerciais e ambientais (artigo 5º, nº 2)³¹.

Vale lembrar que todos os países-membros do Mercosul e da União Europeia são signatários de todas as convenções e tratados internacionais de proteção ambiental mencionados no capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”, de acordo com a tabela 18 (MEAs relacionados ao comércio assinados pela UE e Mercosul) integrante do relatório final da *Avaliação do Impacto de Sustentabilidade no Suporte das Negociações do Acordo de Associação entre União Europeia e o Mercosul*³².

3.1. Comércio e alterações climáticas

Os *standards ambientais* relacionados ao comércio e alterações climáticas estão dispostos no artigo 6º do capítulo intitulado “comércio e desenvolvimento sustentável”. Diante de um cenário de crise ambiental e climática que o mundo vivencia, este tema passou a ser crucial nas discussões do comércio internacional e, conseqüentemente, tem surgido na nova geração de acordos comerciais celebrados pela União Europeia.

³¹ Ver nº 30.

³² WTO MEA Matrix, 2017. In LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE (LSE) – *Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the Europe Union and Mercosur*. Final Interim Report. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020, p. 69.

O Acordo de Paris inclui algumas metas, dentre elas destacamos as seguintes: o compromisso do Brasil de reduzir, até 2025, as suas emissões de gases de efeito estufa em 37% em relação aos níveis de 2005, e ainda, agir para travar a desflorestação ilegal, especialmente na Amazônia brasileira; o compromisso da União Europeia de reduzir as suas emissões internas em, pelo menos, 40% até 2030³³.

Em um recente estudo, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (ECLAC, sigla em inglês) elaborou um estudo denominado *Economia da mudança climática na América Latina e no Caribe – uma visão dos gráficos*³⁴, afirmando que as políticas e os acordos internacionais devem exprimir um compromisso ativo com o desenvolvimento sustentável e, portanto, devem direcionar o potencial econômico, social e as implicações ambientais para as alterações climáticas. Para isso, as manifestações específicas das alterações climáticas na região deverão ser identificadas com um grau adequado de especificidade. Esses fenômenos incluem: 1) a incompatibilidade temporal; 2) uma situação assimétrica; 3) uma dupla desigualdade; 4) padrões de consumo insustentáveis na economia moderna atual; e 5) uma mudança no foco dos esforços para uma resposta longe de medidas adaptativas, na direção da promoção do desenvolvimento sustentável baseado em investimentos de baixo carbono, e resilientes.

Isso significa dizer que a implementação dos *standards ambientais* relacionados com as alterações climáticas deve seguir uma estratégia metódica de adaptação da indústria e do setor produtivo, em especial nos países-membros do Mercosul, baseada na cooperação e investimento, especialmente pelo bloco europeu, a fim de evitar prejuízos às empresas e eventuais sanções no comércio internacional aos produtos do bloco sul-americano.

3.2. Comércio e biodiversidade

No âmbito do compromisso das partes no Acordo de Princípio ao respeito dos acordos multilaterais no domínio do ambiente, a proteção da biodiversidade ganha destaque como uma das áreas que serão reguladas pelos *standards ambientais* no capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”.

O artigo 7º do capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável” consagra: as Partes reconhecem a importância da conservação e do uso sustentável da diversidade

³³ WTO MEA Matrix, 2017. In LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE (LSE) – *Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur*, p. 70.

³⁴ UNITED NATIONS. Economic Commission for Latin America and The Caribbean (ECLAC) – *Economics of Climate Change in Latin America and The Caribbean*. Santiago: United Nations Publications, 2018, p. 12-13.

biológica de acordo com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, e as decisões adotadas nos termos do mesmo, e o papel que o comércio pode desempenhar na contribuição para os objetivos desses acordos³⁵.

A CDB se refere à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos; portanto, abarca tudo o que se refere direta ou indiretamente à biodiversidade. Desta forma, a Convenção funciona como uma espécie de arcabouço legal e político para diversas outras convenções, entre elas, o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura³⁶.

Além disso, a CDB também incentiva, conforme o caso, o estabelecimento de relações comerciais quando permite às partes contratantes adotar medidas econômicas e socialmente racionais que sirvam de incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica (artigo 11). O comércio advindo da exploração dos recursos biológicos movimenta, evidentemente, uma extensa gama de atividades intermediárias, como as pesquisas farmacológicas, o comércio de espécies vegetais, entre outros³⁷.

Para Jorge (2009), apesar do artigo 11 da CDB não conter disposições mais específicas sobre a utilização dos recursos biológicos, é viável dizer que tais medidas economicamente racionais podem impor meios distintos de produção daqueles usualmente utilizados em determinadas sociedades. Ou seja, há uma previsão da adoção pelos Estados de normas que prescrevem *standards* de natureza ambiental³⁸.

Concordamos com esse argumento, e é justamente por isso que o acordo de comércio livre UE-Mercosul incluiu um artigo específico para tratar da proteção à biodiversidade. Com isso, as Partes pretendem estimular o comércio de produtos ligados direta ou indiretamente à biodiversidade através de soluções sustentáveis, tendo os *standards ambientais* a função de evitar ou mitigar os impactos dessa exploração.

3. Comércio e o manejo sustentável das florestas

Os *standards ambientais* ligados ao manejo sustentável das florestas é um tema bastante relevante no capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável” do acordo

³⁵ Ver nº 30.

³⁶ Ver mais em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica> [acesso em: 3 ago. 2020].

³⁷ Ver nº 36.

³⁸ JORGE, Clarisse Stephan Farhat – *Standards Ambientais: Uma Análise do Comércio Internacional entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento*, p. 59.

de livre comércio UE-Mercosul devido à sua relação/influência nas alterações climáticas, na proteção da biodiversidade e na agricultura. Neste cenário, a Amazônia brasileira merece atenção especial devido à sua deflorestação, às queimadas e ao garimpo ilegal, dentre outros fatores.

Os países do Mercosul, com exceção do Uruguai, são abundantes em recursos florestais. Cerca de 58% do território do Brasil é coberto por florestas, 38% do Paraguai e 10% da Argentina (dados da FAO). Os três países figuram entre os dez principais países com a maior perda de área florestal durante o período 2010-2015³⁹. Políticas domésticas foram adotadas para proteger as florestas nativas na Argentina e uma “lei de desmatamento zero” foi adotada no Paraguai (HSU, 2016 *apud* LSE, 2020). O Brasil agora ocupa o topo do *rank* em termos de área florestal protegida e também adotou significantes iniciativas políticas e de mercado para reduzir o desmatamento desde 2003, o que ajudou a reduzir a desflorestação para uma média anual de 0,20% no período 2010-2015, conforme registrado nas estatísticas da FAO⁴⁰.

No Brasil, entretanto, este cenário, tem sido alterado consideravelmente desde meados de 2019, logo após a assinatura do Acordo de Princípio UE-Mercosul. O atual governo brasileiro tem adotado algumas medidas que desmantelaram algumas políticas ambientais e, por outro lado, tem incentivado, de certa forma, o desmatamento⁴¹. Tal fato tem repercutido negativamente no cenário internacional, o que pode comprometer a aprovação do Acordo de Associação birregional por alguns países da União Europeia⁴².

Caso o acordo de comércio livre UE-Mercosul seja ratificado pelo Parlamento Europeu e pelos países dos dois blocos regionais, haverá um desafio imenso quanto à implementação dos *standards ambientais* e das políticas de proteção ambiental, sobretudo pelos países-membros do Mercosul. Não podemos perder de vista que estamos diante de duas realidades completamente diferentes; de um lado, no bloco europeu, temos países desenvolvidos e uma política ambiental bem consolidada; no

³⁹ Ver Tabela 22 em: LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE (LSE) – *Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the Europe Union and Mercosur*, p. 78.

⁴⁰ LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE (LSE) – *Sustainability Impact Assessment...*, p. 78.

⁴¹ MAISONNAVE, Fabiano – Justiça derruba decreto de Bolsonaro sobre gestão de florestas. *Folha de S. Paulo* (8 jul. 2020). Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/justica-derruba-decreto-de-bolsonaro-sobre-gestao-de-florestas.shtml?fbclid=IwAR1gu5L2M7_bdJgM7tIISguuMwOALFAPtcMFoYxCGhccZHJF9QarcPwPWwI [acesso em: 4 ago. 2020].

⁴² CHADE, Jamil – Acordo com Mercosul não está mais na agenda, diz líder de partido na Europa. *UOL* (9 jun. 2020). Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/09/acordo-com-mercosul-nao-esta-mais-na-agenda-diz-lider-de-partido-na-europa.htm?fbclid=IwAR3wzkeJ3XUuG4knNe5oIgNQIyniWt85bC5q5YtF2Vdm_tVjm7igOQcffII [acesso em: 4 ago. 2020].

outro, no bloco sul-americano, temos países em desenvolvimento com uma política ambiental ainda frágil e em consolidação.

Em um provável cenário futuro de ratificação do acordo, podemos afirmar que se não houver cooperação, investimento e transferência de tecnologia – especialmente por parte do bloco europeu – para que possa minimizar as diferenças e desequilíbrios, haverá um risco enorme para a ocorrência de impactos negativos no comércio internacional para os países integrantes do Mercosul. Tal fato, quiçá, contribuiu para que os blocos não promovessem uma integração profunda em termos de harmonização dos *standards ambientais*.

Para Jorge (2009), a questão da incorporação dos *standards ambientais* para os países em desenvolvimento se mostra muito mais complexa em virtude das condições materiais para a sua implementação. A simples imposição a estes países da internalização desses custos – inerentes à implementação dos *standards* – é, pelo menos num primeiro momento, contraeconômico. Os custos relativos à adoção dessas políticas para os países em desenvolvimento, poderiam onerar consideravelmente a sua produção, o que ocasionaria menores possibilidades de exportação e, conseqüentemente, menos ingressos de capital em suas economias⁴³.

4. O futuro do acordo de comércio livre União Europeia-Mercosul

O Acordo de Associação birregional UE-Mercosul passa atualmente por um período de incertezas. Caso, entretanto, seja ratificado pelos seus signatários, fica no ar algumas questões relativas à (in)viabilidade futura do acordo, especialmente quanto à implementação das regulamentações e políticas ambientais. Dentre as quais, destacamos: os padrões de regulação ambiental irão funcionar como uma alavanca de dinamização e estímulo ao comércio internacional entre os dois blocos regionais? Ou, ao contrário, servirão de desestímulo e acarretarão perdas/prejuízos para as empresas e para o comércio do bloco sul-americano? Como os países do bloco sul-americano devem regulamentar e implementar os *standards ambientais* face ao desequilíbrio de forças frente aos países europeus?

Para tanto, devemos considerar que estamos diante de dois blocos regionais com características/realidades totalmente distintas, a começar pelo fato de que será uma relação comercial entre blocos compostos por países desenvolvidos – o caso da União Europeia – e países em desenvolvimento – realidade dos países sul-americanos. Para além disto, a União Europeia é um bloco regional bem consolidado em termos político-institucional, de política aduaneira, do sistema jurídico-normativo, e com

⁴³ JORGE, Clarisse Stephan Farhat – *Standards Ambientais: Uma Análise do Comércio Internacional entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento*, p. 92.

uma vasta experiência nas trocas comerciais internacionais. Por outro lado, o Mercosul apresenta uma estrutura institucional frágil, o Parlasul (Parlamento do Mercosul) ainda não foi instalado, e ainda o fato de este Acordo ser o primeiro grande acordo comercial do bloco sul-americano.

Apesar de alguns avanços em matéria de política ambiental dos países que compõem o Mercosul, a balança comercial desses países ainda está fortemente ligada à exploração de recursos naturais e à comercialização de produtos de origem primária. O resultado disso é que os custos de produção são reduzidos em função de um certo “afrouxamento” em termos de política e legislação ambiental. Assim, a implementação dos *standards ambientais* poderá representar um considerável aumento nas despesas de produção e na adequação a estes padrões normativos, muito embora muitos dos *standards ambientais* presentes no Acordo de Associação UE-Mercosul sejam decorrentes de acordos ambientais multilaterais (MEAs, sigla em inglês), dos quais os países integrantes do Mercosul já são signatários.

Para Cunha (2019), não é possível a cada país assegurar de forma razoavelmente segura, que beneficiará da ‘tradicional’ reciprocidade e da mecânica das negociações comerciais multilaterais, pela dificuldade que existe em medir os efeitos sobre as trocas internacionais decorrentes de um qualquer processo de convergência ou desarmamento regulatório. O seu impacto não se estima numericamente com facilidade e normas regulatórias comuns em economias distintas não têm de produzir efeitos similares. Mas, mais uma vez, entre países com o mesmo nível de desenvolvimento e preferências convergentes, uma qualquer reciprocidade pode ainda verificar-se⁴⁴.

Concordamos com o posicionamento de Cunha (2019), contudo, a mudança de rumo nas trocas comerciais neste início de século XXI, e quiçá, o fato de a Rodada de Doha ter empacado por não conseguir uma resolução multilateral em temas como o dos *standards ambientais*, abriu espaço para que tais questões fossem negociadas nos acordos bilaterais e regionais. Agora, realmente, não é garantido que a convergência regulatória em sede de acordo regional entre dois blocos com diferenças econômicas brutais não irá gerar efeitos negativos para o setor produtivo de países em desenvolvimento. Neste caso, mesmo não havendo falhas de mercado puramente comerciais e alfandegárias, há preferências coletivas e objetivos sociais e, portanto, entendemos que, neste momento de crise ambiental e climática, o comércio internacional deve adequar-se aos padrões ambientais, até mesmo como fato propulsor de retomada do próprio multilateralismo.

Não podemos perder de vista também o fato de que a regulamentação e implementação dos *standards ambientais* resultantes de um acordo que apresenta um gigantesco

⁴⁴ CUNHA, Luís Pedro – A Convergência Regulatória Enquanto Barreira ao Comércio Internacional, p. 541.

desequilíbrio – económico, político-institucional e de níveis de desenvolvimento – entre as duas partes, possa comprometer imenso o funcionamento das políticas ambientais e um resultado positivo da balança comercial dos países sul-americanos.

Essa noção de desequilíbrio ficará muito evidente em termos da diplomacia ambiental numa eventual negociação acerca do marco regulatório dos *standards ambientais*. Não queremos com isso dizer que os países europeus estão agindo de forma errada quando fazem tal exigência, porém a diplomacia ambiental poderá funcionar com uma abordagem direcionada aos regulamentos com conteúdo de *soft law*, para que não pareça uma forma de “chantagem regulatória” para com os países mercosulinos.

Uma outra questão que se coloca é que a “imposição” de certos *standards ambientais* podem estar travestidos de verdadeiras barreiras comerciais. Portanto, é preciso estar vigilante, pois mesmo o artigo XX, alíneas “b” e “g”, do GATT, ao permitir que um país institua padrões de regulação para a proteção do ambiente, pode na verdade servir de estímulo, especialmente para os países do bloco europeu, para estabelecer certos *standards* com a finalidade de proteger alguns setores da economia. No caso da UE, teme-se que isso possa ocorrer no setor agrícola, que é uma área sensível para alguns países do bloco.

Jorge (2009) considera que a adoção dos *standards ambientais* modifica a capacidade concorrencial dos produtos e lhes permite uma maior circulação no mercado internacional. Por sua vez, os bens provenientes de países que não incorporam os mesmos padrões podem ser subjugados no mercado mundial, dado que os Estados que positivam esses *standards* podem restringir sua importação com a fundamentação de que podem fazê-lo em função da proteção ambiental, já que lhes é defeso adotar *standards* mais rigorosos, em virtude de suas políticas próprias⁴⁵.

Já para McLaughlin e Coffey (2010), quando o aumento no rigor da regulamentação ocorre unilateralmente devido a mudanças dentro do país, o efeito das exportações daquele país pode ser positivo ou negativo. Amantes da tecnologia, o gosto de outros países por bens ‘verdes’, o estabelecimento e proteção dos direitos de propriedade e a sinalização da estabilidade governamental, tudo isso pode contribuir para um efeito positivo nas exportações, devido a um aumento unilateral da regulação ambiental no país em desenvolvimento. Por outro lado, o aumento do custo de produção devido ao aumento do rigor da regulamentação normativa pode contribuir para um efeito negativo nas exportações à conta do aumento dos preços dos bens produzidos internamente em relação aos bens estrangeiros. Tal fato pode ser exacerbado se algumas indústrias “sujas” optarem por mudar-se por causa do aumento do custo de produção.

⁴⁵ JORGE, Clarisse Stephan Farhat – *Standards Ambientais: Uma Análise do Comércio Internacional entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento*, p. 84.

O efeito líquido de um aumento unilateral no rigor da regulamentação dos *standards ambientais* é, portanto, uma questão empírica⁴⁶.

Sabemos, destarte, que, para a União Europeia, os *standards ambientais* são inegociáveis⁴⁷, fazendo valer-se do ‘princípio da não regressão’. Mas será o capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável” adotado pelos europeus nos mais recentes acordos comerciais uma estratégia para “imposição unilateral” dos *standards*? Independentemente de qual seja o(s) objetivo(s) que esteja(m) por trás disso, não podemos perder de vista que isto é um ponto positivo para a proteção e conservação do ambiente. Para os países-membros do Mercosul, será imprescindível o exercício permanente da diplomacia ambiental nas questões relacionadas aos padrões regulatórios de matéria ambiental e buscar sempre o entendimento político-institucional para que medidas protecionistas não sejam criadas para atuar como “cortina de fumaça” na imposição de verdadeiras barreiras comerciais.

Sobre tal aspecto, Cunha (2008) assevera que a questão da convergência dos *standards ambientais* prende-se ao fato de não se cuidar minimamente de tópicos que se prendem com o chamado *fair trade* potencia os riscos de comprometer o *free trade*, dando-se pretexto àqueles que procuram intervenções restritivas ao comércio internacional para atuarem nesse sentido. Para tal, bastará a imposição unilateral de *standards* mínimos como um requisito para o acesso a mercados externos, em particular por parte de países desenvolvidos importadores dos chamados produtos sensíveis, isto é, de bens fortemente perturbadores da produção doméstica concorrente⁴⁸.

Para Thorstensen e Mota (2019), as vantagens são várias em tornar as próprias normas regulatórias amplamente fortalecidas no comércio internacional. A adoção de padrões internacionais de amplo reconhecimento permite o fortalecimento do comércio entre as partes. A medida técnica ou o processo de avaliação de conformidade deixam de ser entrave para as trocas comerciais entre as partes porque são equivalentes. Os interesses envolvidos são tais que, atualmente, tanto os EUA quanto a UE transformaram os capítulos sobre medidas técnicas, sanitárias, fitossanitárias e ambientais em pontos decisivos de seus acordos preferenciais⁴⁹.

⁴⁶ MCLAUGHLIN, Patrick A.; COFFEY, Bentley – *Trade Flow Consequences of the European Union’s Regionalization of Environmental Regulations*. SSRN (December 9, 2010), p. 6. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1413834>. [acesso em: 20 jun. 2020].

⁴⁷ “As with all the EU’s trade agreements, the agreement with Mercosur will not change European standards, including standards for food, agricultural and fishery products. EU standards are not negotiable.” In EUROPEAN COMMISSION – *The EU-Mercosur Trade Agreement: Questions and Answers*, Brussels, 09.07.2019, p. 12.

⁴⁸ CUNHA, Luís Pedro – *O Sistema Comercial Multilateral e os Espaços de Integração Regional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008, p. 527-528.

⁴⁹ THORSTENSEN, Vera; MOTA, Catherine Rebouças – Barreiras Regulatórias: O Novo Desafio do Comércio Internacional. *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. LXII-A (2019), p. 562.

Ora, à primeira vista, é certo que essas medidas terão impacto negativo para os países mercosulinos, especialmente para o chamado agronegócio em termos do comércio internacional aquando da implementação dos *standards ambientais*. Se, por um lado, para esses países a não adoção ou a adoção ineficaz de toda essa gama de *standards* representará a falta de acesso ao mercado europeu ou até mesmo a imposição de sanções comerciais; por outro lado, a adoção e cumprimento dos padrões ambientais de forma efetiva e eficaz implicará um alto custo de investimento, adaptação e capacitação para esses países.

O uso de sanções comerciais em resposta às violações de disposições ambientais tem sido historicamente criticado pelos países em desenvolvimento. Esses países têm argumentado que, devido à discrepância significativa atual entre os níveis de proteção ambiental entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, apenas estes últimos podem ser capazes de fazer o uso pleno desses mecanismos na prática. Neste caso, os países desenvolvidos estariam virtualmente imunes a este tipo de sanções comerciais, uma vez que já possuem um sólido sistema de proteção ambiental estabelecido, com regras eficazes e instituições funcionando bem. A implementação das obrigações ambientais é onerosa e demanda alto gasto em infraestrutura e capacitação de pessoal. Os países em desenvolvimento argumentam que sancionar comercialmente os países que não cumprem as regras não é a melhor abordagem para incentivar as políticas nacionais sustentáveis. Eles defendem que uma maior ênfase deva ser colocada na cooperação, transferência de tecnologia e iniciativas de assistência técnica⁵⁰.

Portanto, essas questões são as que mais preocupam os países sul-americanos no que diz respeito à viabilidade futura do acordo de livre comércio UE-Mercosul: encarecimento da produção dos países-membros do bloco sul-americano e possíveis restrições comerciais, em caso de medidas de *non-compliance* das disposições atinentes aos *standards ambientais*. Acontece que este é um caminho sem volta, pois chegou o momento em que é impossível separar o comércio internacional das questões ambientais, devendo assim haver esforços de ambas as partes pela via da cooperação, capacitação e transferência de tecnologia para que esta transição seja a menos danosa possível para os países mercosulinos.

O Acordo de Associação UE-Mercosul prevê no capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável” um órgão de resolução de litígios (artigo 15 e seguintes) específico para questões relacionadas aos *standards ambientais*. O artigo 15 estabelece que as Partes devem envidar todos os esforços por meio do diálogo, consulta, troca de

⁵⁰ AMARAL JÚNIOR, Alberto do; MESQUITA, Alebe Linhares – The New Rules on Trade and Environment Linkage in Preferential Trade Agreements, p. 406.

informações e cooperação para resolver qualquer desacordo sobre a interpretação ou aplicação do capítulo⁵¹.

Outra novidade trazida pelo acordo de livre comércio UE-Mercosul é a previsão expressa do princípio da precaução no artigo 10 do capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”, que deverá ser invocado nos casos em que as evidências ou informações científicas sejam insuficientes ou inconclusivas e exista risco de grave degradação ambiental ou risco para a saúde ocupacional e segurança no seu território, e quando as Partes estabelecerem ou implementarem medidas destinadas a proteger o ambiente que possam afetar o comércio ou o investimento. As Partes deverão adotar medidas baseadas em informação pertinente, disponíveis e sujeitas a revisões periódicas⁵².

Interpretamos a adoção do princípio da precaução no capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável” do Acordo de Associação UE-Mercosul como fator positivo para a proteção do ambiente e para a própria segurança das trocas comerciais. Contudo, deve-se estar atento ao fato de que as Partes não sejam estimuladas a adotarem medidas restritivas ao comércio sob a alegação de obediência ao princípio da precaução e da não discriminação sem a devida fundamentação legal e científica.

Portanto, a viabilidade futura do acordo de livre comércio UE-Mercosul está muito atrelada às questões não pautais e, dentre elas, os *standards ambientais* têm papel fundamental no (in)sucesso do acordo. E isso só ocorrerá se o acordo promover o desenvolvimento econômico dos países, especialmente para as nações integrantes do Mercosul, e proporcionar bem-estar para as suas populações. Para esse fim, as Partes devem colocar em prática, de forma efetiva, os compromissos assumidos, tais como: cooperação, investimento e transferência de tecnologia insculpidos no capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”. Só assim o acordo terá equidade na implementação dos *standards ambientais*.

Para já, é necessário aguardar a revisão legal e linguística do texto e a tradução para os idiomas oficiais da União Europeia. Em seguida, acompanhar o processo de ratificação do Acordo de Associação UE-Mercosul no Parlamento Europeu e, em seguida, pelos Estados-Membros da União Europeia e do Mercosul.

Nesse ínterim, é preciso estar atento aos acontecimentos que estão ocorrendo no Brasil nos últimos meses relacionados às mudanças na sua política ambiental. Desde meados de 2019, as queimadas na Amazônia viraram assunto internacional e, de lá para cá, as notícias sobre o possível desmantelamento de algumas políticas ambientais só vêm aumentando⁵³. Tais fatos já renderam manifestações de líderes de

⁵¹ Ver nº 30.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ Ver em: http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-pede-afastamento-de-ricardo-salles-do-ministerio-do-meio-ambiente-por-improbidade-administrativa?fbclid=IwAR3Yvh10X7Z6_pDmNLMorDNdlCDbijT0syCCz7G7vZt2fnW1-B-3oRsePM [acesso em: 10 ago. 2020].

alguns países europeus – alguns dos quais já olhavam o acordo com certa incredulidade – e pode influenciar o processo de ratificação nos parlamentos nacionais destes países⁵⁴.

Considerações Finais

Como sabemos, vivenciamos uma crise ambiental e climática e, portanto, não há mais hipótese de separar o comércio internacional das políticas ambientais, dada a interrelação que permeia os dois setores. Soma-se a isto os compromissos firmados pelos países nos acordos ambientais multilaterais para o cumprimento de metas ambientais e climáticas, a pressão de grupos e organizações ambientalistas e o clamor da sociedade global.

É uma tendência que os acordos de livre comércio celebrados pela União Europeia – chamados de “acordos comerciais de nova geração” –, após as modificações na política externa introduzidas pelo Tratado de Lisboa e delineadas no “Europa Global 2006”, contenham um capítulo destinado ao “comércio e desenvolvimento sustentável” para estabelecer padrões de regulação ambiental. Assim, tendo em consideração que os *standards ambientais* adotados no seio do bloco europeu são inegociáveis e que estamos diante de um acordo comercial firmado por dois blocos regionais com características econômicas bem distintas e com diferença brutal nos níveis de desenvolvimento, tem levado ao questionamento de muitos estudiosos do assunto sobre a viabilidade futura do acordo, ou seja, se será capaz de gerar progresso econômico e bem-estar para a população, especialmente para os países-membros do bloco sul-americano.

Não há dúvida quanto à importância dos *standards* para a proteção e conservação do ambiente, bem como quanto à sua utilização na regulação das trocas comerciais. Também não temos dúvidas com relação aos aspectos positivos que o cumprimento dos padrões de regulação ambiental representa em termos de abertura e aceitação no mercado internacional para os produtos que contenham o chamado “rótulo verde”. Entretanto, não podemos ignorar que há riscos para a ocorrência de efeitos negativos para os países em desenvolvimento, nomeadamente o encarecimento da produção e eventuais restrições ao comércio, oriundos do não cumprimento dos *standards ambientais*.

⁵⁴ LUPION, Bruno – O que o acordo comercial UE-Mercosul diz sobre meio ambiente. *UOL* (3 set. 2019). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/03/o-que-o-acordo-comercial-ue-mercosul-diz-sobre-meio-ambiente.htm> [acesso em: 10 ago. 2020].

Neste sentido, nem os números vultosos que representam o volume do comércio birregional de bens e serviços⁵⁵ entre a União Europeia e o Mercosul impediram que o vindouro processo de ratificação do acordo pudesse deparar-se com algumas controvérsias ligadas aos *standards ambientais*, nomeadamente os relacionados com as alterações climáticas, manejo florestal sustentável (destacamos aqui a situação da Amazônia brasileira), agricultura e a segurança alimentar da UE.

Por outro lado, os países-membros do Mercosul temem um aumento do custo de produção por conta da implementação dos *standards ambientais* e, ao mesmo tempo, uma possível restrição comercial pelo seu descumprimento. Outro fato que preocupa os países mercosulinos é a possível utilização pelos europeus dos *standards* travestidos de medidas protecionistas para os seus produtos, e de quebra, terem o benefício do livre acesso aos produtos importados do Mercosul que são sensíveis no bloco.

Em meio a esse emaranhado de incertezas, o texto do capítulo “comércio e desenvolvimento sustentável”, parte do futuro Acordo de Associação entre UE-Mercosul, nos deixa otimista quanto à viabilidade do acordo, pois os *standards ambientais* nele contidos, são resultado de diversos acordos ambientais multilaterais dos quais os países integrantes dos dois blocos são signatários ou de regulamentos estabelecidos por organismos internacionais, como a ONU. Acrescenta-se ainda a aposta na diplomacia ambiental com ênfase na cooperação e no investimento, presentes em diversos pontos do texto, no reconhecimento da diferença nos níveis de desenvolvimento, no respeito às políticas e prioridades nacionais, no sistema próprio de resolução de litígios, que, em caso de descumprimento, estabelece medidas apropriadas para serem implementadas, discutidas previamente entre as Partes.

Por fim, cremos que o futuro Acordo de Associação birregional UE-Mercosul possa representar uma mudança de paradigma nas relações do comércio com o ambiente para que ambos os setores possam ter uma convivência mais harmônica possível, promovendo, assim, a dinamização do comércio internacional com sustentabilidade ambiental e social.

Referências Bibliográficas

AMARAL JÚNIOR, Alberto do; MESQUITA, Alebe Linhares – The New Rules on Trade and Environment Linkage in Preferential Trade Agreements. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, vol. 14, n. 2 (2017), p. 389-411.

⁵⁵ “De acordo com os dados do Eurostat, em 2018, o comércio total de bens entre a UE e o Mercosul ascendeu a 87,6 mil milhões de euros. As exportações da UE para o Mercosul ascenderam a 45,0 mil milhões de euros e as importações da UE provenientes do Mercosul, a 42,5 mil milhões de euros”. In PARLAMENTO EUROPEU – *Pilar Comercial do Acordo de Associação UE-Mercosul* (PE 640.138). EPRS – Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, agosto de 2019, p. 3.

BADIN, Michelle Ratton Sanchez; AZEVEDO, Milena da Fonseca – Estratégias da União Europeia em meio ambiente nos acordos regionais de comércio e seus impactos para as negociações com o Mercosul. *Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI*, Brasília, n. 15 (set.-dez. 2013), p. 21-29.

CHADE, Jamil – Acordo com Mercosul não está mais na agenda, diz líder de partido na Europa. *UOL* (9 jun. 2020). Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/09/acordo-com-mercosul-nao-esta-mais-na-agenda-diz-lider-de-partido-na-europa.htm?fbclid=IwAR3wzkEJ3XUuG4knNe5oIgNQIyniWt85bC5q5YtF2Vdm_tVjm7igOQcffII [Acesso em: 4 ago. 2020].

COMISSÃO EUROPEIA – Acordo-quadro inter-regional de cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Mercado Comum do Sul e os seus Estados-Partes, por outro. Declaração conjunta relativa ao diálogo político entre a União Europeia e o Mercosul. *Jornal Oficial L 69* de 19.03.1996. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A21996A0319%2802%29> [Acesso em: 24 jul. 2020]

COMISSÃO EUROPEIA – *Mercosul: documento de estratégia regional 2007-2013* (E/2007/1640). Bruxelas, 02.08.2007. Disponível em: http://www.eeas.europa.eu/archives/docs/mercosur/rsp/07_13_pt.pdf [Acesso em: 24 jul. 2020].

COMISSÃO EUROPEIA – *Regulamentação relativa ao comércio de espécies da fauna e da flora selvagens na União Europeia: Introdução à CITES e à sua execução na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias, 2007.

COMISSÃO EUROPEIA – *Novo Acordo Comercial UE-Mercosul: O acordo de princípio*. Bruxelas, 01.07.2019. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/mercosur/eu-mercosur-agreement/text-agreement_en [Acesso em: 31 jul. 2020].

COSTA, Beatriz Souza; SAMPAIO, José Adércio Leite – As complicadas inter-relações entre os sistemas internos e internacionais de proteção do direito ao meio ambiente sadio. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, vol. 12, n. 2 (2015), p. 785-803.

CUNHA, Luís Pedro – *O Sistema Comercial Multilateral e os Espaços de Integração Regional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

CUNHA, Luís Pedro – Regionalismo nas Relações Comerciais União Europeia – América Latina. *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. LII (2009), p. 1-32.

CUNHA, Luís Pedro – A Convergência Regulatória Enquanto Barreira ao Comércio Internacional. *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. LXII-A (2019), p. 527-553.

EUROPEAN COMMISSION – *The EU-Mercosur Trade Agreement: Questions and Answers*. Brussels, 09.07.2019. Disponível em: https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/june/tradoc_157953.pdf [Acesso em: 20 jun. 2020].

GEORGE, Clive – *Environment and Regional Trade Agreements: Emerging Trends and Policy Drivers*. OECD Trade and Environment Working Paper 2014/02. Paris: OECD, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5jz0v4q45g6h-en>. [Acesso em: 20 jun. 2020].

GSTÖHL, Sieglinde; HANF, Dominik – The EU's Post-Lisbon Free Trade Agreements: Commercial Interests in a Changing Constitutional Context. *European Law Journal*, Oxford, vol. 20, n. 6 (Nov. 2014), p. 733-748.

HAFFNER, Jacqueline A.; WENZEL, Fernanda – A integração regional nos discursos de FHC e Lula: um estudo comparativo. *Debater a Europa*, Coimbra, n. 16 (jan.-jun. 2017), p. 129-162.

HANSON, David – *CE Marking, Product Standards and World Trade*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.

JORGE, Clarisse Stephan Farhat – *Standards Ambientais: Uma Análise do Comércio Internacional entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009. Dissertação de Mestrado.

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE (LSE) – *Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur*. Final Interim Report. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/business/consulting/assets/documents/SIA-in-Support-of-the-Association-Agreement-Negotiations-between-the-EU-and-Mercosur-Final-Report.pdf> [Acesso em: 20 jun. 2020].

LOPES, J. M. Cidreiro – *O Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio – GATT*. Lisboa: Calouste Gulbenkian/Centro de Economia e Finanças, 1965.

LUPION, Bruno – O que o acordo comercial UE-Mercosul diz sobre meio ambiente. *UOL* (3 set. 2019). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/03/o-que-o-acordo-comercial-ue-mercosul-diz-sobre-meio-ambiente.htm> [Acesso em: 10 ago. 2020].

MAISONNAVE, Fabiano – Justiça derruba decreto de Bolsonaro sobre gestão de florestas. *Folha de S. Paulo* (8 jul. 2020). Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/justica-derruba-decreto-de-bolsonaro-sobre-gestao-de-florestas.shtml?fbclid=IwAR1gu5L2M7_bdJgM7tIISguuMwOALFAPtcMFoYxCGhccZHJF9QarcPwPWwI [Acesso em: 4 ago. 2020].

MARTINS, Felipe Figueiredo – O Acordo de Comércio Livre UE-Mercosul: Do Improvável ao Possível. *Boletim de Ciências Econômicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. LXII (2019), p. 191-256.

MATA DIZ, Jamile Bergamaschine; LUQUINI, Roberto de Almeida – As relações exteriores do Mercosul: análise das negociações com a União Europeia. *Universitas: Relações Internacionais*, Brasília, vol. 9, n. 1 (jan.-jun. 2011), p. 103-130.

MCLAUGHLIN, Patrick A.; COFFEY, Bentley – *Trade Flow Consequences of the European Union's Regionalization of Environmental Regulations*. SSRN (December 9, 2010). Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1413834>.

PARLAMENTO EUROPEU – *Pilar Comercial do Acordo de Associação UE-Mercosul* (PE 640.138). EPRS – Serviços de Estudos do Parlamento Europeu, agosto de 2019. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/640138/EPRS_BRI\(2019\)640138_PT.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/640138/EPRS_BRI(2019)640138_PT.pdf) [Acesso em: 24 jul. 2020].

PEREIRA, Mariana Yante Barrêto – De Brasília ao Pós-Olivos: conquistas e desafios em vinte anos de soluções de controvérsias no Mercosul. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 64 (jan.-jun. 2014), p. 519-538.

SAVINI, Marcos – As negociações comerciais entre Mercosul e União Européia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 44, n. 2 (2001), p. 109-125.

SURANOVIC, Steven – *International Labour and Environmental Standards Agreements: Is This Fair Trade?* Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

SZUCKO, Angélica Saraiva – A inércia institucional nos processos de integração regional: o método do Path Dependence aplicado aos casos da União Europeia e do Mercosul. Fenómenos de Integração Regional: os casos da União Europeia e o Mercosul. *Debater a Europa*, Coimbra, n. 16 (jan.-jun. 2017), p. 27-55.

THORSTENSEN, Vera; MOTA, Catherine Rebouças – Barreiras Regulatórias: O Novo Desafio do Comércio Internacional. *Boletim de Ciências Econômicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. LXII-A (2019), p. 555-581.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council – *United Nations strategic plan for forests 2017-2030 and quadrennial programme of work of the United Nations Forum on Forests for the period 2017-2030* (E/RES/2017/4). Brussels, 20.04.2017. Disponível em: <https://www.un.org/esa/forests/documents/un-strategic-plan-for-forests-2030/index.html> [Acesso em: jul. 2020].

UNITED NATIONS. Economic Commission for Latin America and The Caribbean (ECLAC) – *Economics of Climate Change in Latin America and The Caribbean*. Santiago: United Nations Publications, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f7360420-fa51-48e6-9455-d4c56429cb4d/content>. [Acesso em: 1 ago. 2020].

WOOLCOCK, Stephen – EU Policy on Preferential Trade Agreements in the 2000s: A Reorientation towards Commercial Aims. *European Law Journal*, Oxford, vol. 20, n. 6 (Nov. 2014), p. 718-732.